

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
RELATÓRIO CONSOLIDADO
Ciclo de Diálogos Intersetoriais – 18 de Maio de 2026

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Proteção e Defesa da Pessoa com Deficiência de Mauá realizou, no dia 18 de maio de 2026, dois encontros do Ciclo de Diálogos Intersetoriais da Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência, promovendo espaços de escuta qualificada, participação social e articulação intersetorial com coletivos, representantes da sociedade civil, usuários da rede de atendimento, familiares e munícipes.

Os encontros ocorreram nos períodos da manhã e da tarde, na sede da Secretaria, com o objetivo de iniciar uma série de diálogos, com escuta para estruturação coletiva de políticas públicas voltadas à inclusão, acessibilidade, garantia de direitos e criação da rede de proteção da pessoa com deficiência no município.

2. OBJETIVO

Criação da rede de inclusão da pessoa com deficiência em Mauá por meio da escuta ativa, articulação intersetorial e construção conjunta de estratégias para qualificação das políticas públicas.

3. IDENTIFICAÇÃO DOS ENCONTROS

ENCONTRO – MANHÃ | 10h às 11h

Segmento participante:

Coletivos, ex-conselheiros do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e sociedade civil.

Participantes identificados:

Coletivo Mães Girassóis; representante do segmento pessoa com deficiência visual - ex-vice presidente do CMPD Mauá; Coletivo TeAmando; Mãe atípica, Pais Atípicos.

ENCONTRO – TARDE | 14h às 15h

Segmento

Coletivos, ex-conselheiros do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e sociedade civil.

Participantes identificados:

Grupo de Apoio aos Autistas de São Paulo/G.R.A.A.S.P; Coletivo TEAção; Instituto Cida Dias; munícipe com deficiência física (cadeirante); Coletivo Mães Girassóis; irmão atípico; representante do segmento pessoa com deficiência visual.

4. METODOLOGIA

Os encontros foram conduzidos em formato de roda de conversa dialogada, proporcionando espaço de escuta qualificada, participação social e levantamento das principais demandas relacionadas à garantia de direitos da pessoa com deficiência.

A metodologia priorizou:

- Escuta ativa dos participantes;
- Identificação de demandas estruturais;
- Levantamento de fragilidades institucionais;
- Construção coletiva de propostas;
- Fortalecimento da articulação intersetorial;
- Sistematização de encaminhamentos para futuras ações da Secretaria.

5. SÍNTESE CONSOLIDADA DOS DIÁLOGOS

Os encontros evidenciaram demandas históricas relacionadas à inclusão, acessibilidade, atendimento intersetorial e fortalecimento das políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência.

As discussões apontaram a necessidade de maior integração entre as políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, mobilidade, habitação, esporte, cultura e participação social, reforçando a importância da atuação articulada entre poder público, sociedade civil e comunidade.

Também foram identificadas fragilidades relacionadas à comunicação institucional, acessibilidade dos serviços públicos, continuidade das políticas públicas e fortalecimento dos espaços de controle social e participação popular.

6. PRINCIPAIS DEMANDAS APRESENTADAS

Educação

- Falta de acessibilidade física, pedagógica, comunicacional e atitudinal nas unidades educacionais, especialmente na rede estadual, embora também tenham sido apontadas dificuldades na rede municipal;
- Necessidade de melhorias na infraestrutura das escolas;
- Necessidade de formação continuada e qualificação dos profissionais da educação para promoção da inclusão escolar;
- Baixo incentivo às políticas públicas educacionais inclusivas;
- Necessidade de fortalecimento do acompanhamento pedagógico dos estudantes com deficiência.

Saúde

- Fragilidades no atendimento em UBSs, CAPS e demais serviços de saúde;
- Demora em acesso a consultas, exames e atendimentos especializados;
- Necessidade de ampliação da atenção à saúde mental;
- Necessidade de campanhas educativas e preventivas voltadas à inclusão e conscientização;
- Necessidade de fortalecimento da rede de reabilitação e ampliação da estrutura do CER.
- Necessidade de qualificação do atendimento às pessoas com deficiência e suas famílias, desde a recepção;

Assistência Social

- Dificuldades de acesso e acolhimento nos serviços da rede socioassistencial, especialmente CRAS, CREAS e Cadastro Único no que diz respeito aos direitos socioassistencial;
- Necessidade de qualificação do atendimento às pessoas com deficiência e suas famílias;
- Necessidade de ampliação da acessibilidade física, comunicacional e atitudinal nos serviços socioassistenciais;
- Fragilidades nos fluxos de encaminhamento e acompanhamento familiar;
- Dificuldades no acesso a informações, benefícios e serviços públicos.
- Necessidade de campanhas educativas voltadas à atenção para inclusão e conscientização;

Trabalho e Renda

- Escassez de oportunidades efetivas de inclusão produtiva para pessoas com deficiência;
- Necessidade de qualificação profissional;
- Necessidade de fortalecimento do empreendedorismo inclusivo;
- Necessidade de ampliação da inclusão no mercado formal de trabalho;
- Necessidade de fortalecimento do diálogo com empresas para ampliação da empregabilidade da pessoa com deficiência.

Cultura, Esporte e Lazer

- Pouca oferta de espaços culturais acessíveis;
- Necessidade de incentivo às atividades culturais, esportivas e de lazer inclusivas;
- Necessidade de ampliação de vagas e acesso às atividades esportivas e culturais;
- Necessidade de melhoria da divulgação e orientação sobre fluxos de acesso às atividades;
- Necessidade de ampliação de projetos sociais voltados ao esporte e lazer.

Transporte e Mobilidade

- Necessidade de ampliação da acessibilidade no transporte público e terminal rodoviário;
- Necessidade de melhoria da acessibilidade arquitetônica e urbanística na região central;
- Necessidade de modernização e sonorização dos semáforos para pedestres;
- Necessidade de revisão e ampliação dos mecanismos de gratuidade tarifária, especialmente para deslocamentos terapêuticos e inclusão no mercado de trabalho.

Habitação e Acessibilidade Urbana

- Necessidade de formulação de programas habitacionais acessíveis com prioridade para pessoas com deficiência;
- Necessidade de ampliação da acessibilidade arquitetônica em conjuntos habitacionais e moradias populares;
- Necessidade de criação de critérios de acessibilidade universal nos programas habitacionais do município;
- Necessidade de adaptação residencial para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social;
- Necessidade de fiscalização da acessibilidade em empreendimentos públicos e privados;
- Necessidade de mapeamento das demandas habitacionais da população com deficiência;
- Necessidade de fortalecimento das ações intersetoriais entre habitação, assistência social e saúde.

Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência

Necessidade de solução urgente de solução para retomada do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;

7. FRAGILIDADES E DESAFIOS RECORRENTES IDENTIFICADOS

Fragilidades institucionais

- Convites institucionais sem acessibilidade adequada;
- Deficiência na comunicação sobre eventos, ações e serviços públicos;
- Falta de cursos de formação em Braile;
- Documentos protocolados sem retorno institucional;
- Fragilidade e descontinuidade do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;
- Ausência de publicação de atas e encaminhamentos deliberativos;
- Fragilidade na articulação intersetorial das políticas públicas;
- Fragilidades no atendimento e acolhimento nos serviços públicos de referência.
- Ações como a Virada Inclusiva ser efetiva e acontecer de fato.

Barreiras sociais e estruturais

- Persistência de preconceito e exclusão social;
- Baixo investimento em esporte, cultura, lazer e projetos sociais inclusivos;
- Ausência de políticas habitacionais inclusivas;
- Falta de cursos de Braille no município;
- Barreiras de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal em diversos serviços e espaços públicos.

8. POTENCIALIDADES E OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS

- Fortalecimento de espaços permanentes de diálogo e participação social;
- Ampliação das reuniões presenciais e híbridas para garantia de maior participação popular no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;
- Desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais de inclusão e acessibilidade;
- Ampliação de parcerias entre sociedade civil e poder público;
- Investimento em capacitação profissional e formação continuada;
- Criação de campanhas permanentes de conscientização e combate ao preconceito;
- Fortalecimento do controle social e da participação comunitária.

9. PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS PARTICIPANTES

- Produção de convites e materiais institucionais acessíveis;
- Ampliação de diálogos permanentes com pessoas com deficiência e seus familiares;
- Fortalecimento e efetivação permanente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;
- Capacitação continuada das equipes da educação, saúde, assistência social e Esportes sobre atendimento inclusivo e direitos da pessoa com deficiência;
- Criação de fluxos intersetoriais de atendimento e encaminhamento;
- Ampliação da acessibilidade comunicacional, física e atitudinal nos equipamentos públicos;
- Fortalecimento do acompanhamento familiar e da busca ativa das pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade;
- Revisão das normativas relacionadas à gratuidade no transporte;
- Ampliação das ações de acessibilidade urbana e arquitetônica;
- Reestruturação e fortalecimento da rede municipal de reabilitação;
- Ampliação das políticas de inclusão produtiva e empregabilidade.
- Retomada do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, com estrutura para os encaminhamentos e deliberações serem publicadas.

10. ENCAMINHAMENTOS INSTITUCIONAIS SUGERIDOS

- Levantamento e análise de documentos protocolados sem retorno institucional;
- Estruturação de plano intersetorial de ações voltadas à pessoa com deficiência;
- Articulação entre secretarias para fortalecimento dos fluxos de atendimento;
- Sistematização das demandas levantadas nos encontros;
- Construção de agenda permanente de escuta e participação social;
- Ampliação da articulação com sociedade civil, coletivos e organizações do território;

- Fortalecimento das ações de monitoramento e acompanhamento das demandas apresentadas.

11. ANÁLISE TÉCNICA CONSOLIDADA

Os encontros realizados no dia 18 de maio de 2026 evidenciaram que as demandas relacionadas à pessoa com deficiência no município possuem caráter estrutural, intersetorial e histórico, exigindo atuação integrada entre as diversas políticas públicas.

Observou-se convergência significativa entre os participantes quanto à necessidade de fortalecimento da acessibilidade em suas múltiplas dimensões — física, comunicacional, pedagógica, urbanística, institucional e atitudinal — bem como à necessidade de ampliação da participação social e do controle social na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

As discussões também apontaram fragilidades relacionadas à comunicação institucional, acolhimento nos serviços públicos, fluxos de encaminhamento e articulação entre as políticas de saúde, educação, assistência social, mobilidade, trabalho, habitação, cultura e esporte.

Destacou-se ainda a importância do fortalecimento dos serviços considerados portas de entrada da política pública, especialmente CRAS, CREAS, Cadastro Único, unidades de saúde e rede educacional, reconhecendo a necessidade de qualificação permanente das equipes para atendimento humanizado, inclusivo e acessível às pessoas com deficiência e suas famílias.

Os diálogos evidenciaram potencial para construção de estratégias colaborativas entre poder público, sociedade civil, coletivos, usuários da rede de atendimento e comunidade, reforçando a importância da institucionalização de espaços permanentes de escuta e participação social.

Como encaminhamento estratégico, recomenda-se a construção de um plano de ação intersetorial, com definição de prioridades, metas, cronograma de execução, monitoramento contínuo das demandas apresentadas e fortalecimento das instâncias de participação social e controle democrático.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria de Proteção e Defesa da Pessoa com Deficiência agradece a participação de todos os coletivos, organizações, representantes da sociedade civil, usuários da rede de atendimento, familiares e munícipes que contribuíram com este importante espaço de escuta e construção coletiva.

Os diálogos realizados reafirmam que a promoção da inclusão e da garantia de direitos da pessoa com deficiência exige compromisso contínuo, articulação intersetorial e corresponsabilidade entre poder público, sociedade civil e todos os setores envolvidos.

Mais do que identificar demandas, este processo representa um convite à reflexão institucional e social sobre a necessidade de fortalecer práticas inclusivas, ampliar a acessibilidade e consolidar políticas públicas efetivas, humanizadas e permanentes para a população com deficiência no município de Mauá.

A continuidade deste processo de escuta e articulação será fundamental para a construção coletiva de estratégias, prioridades e ações concretas capazes de promover uma cidade mais acessível, inclusiva e comprometida com os direitos humanos.

“Construindo políticas públicas a partir da escuta e da articulação em rede.”